

# "A América Central é Ocidente. O Leste precisa sair de lá."

## ARGENTINA

### Alfonsín quer o povo nas ruas. Contra os golpistas.

Em dramático pronunciamento que fez na noite de domingo, o presidente convocou os argentinos para uma manifestação em defesa da democracia no país, que, segundo ele, está ameaçada por conspiradores civis que buscam apoio de militares.

Dirigentes de vários partidos, inclusive peronistas, concordaram ontem em apoiar a convocação do presidente Raul Alfonsín para uma manifestação, na sexta-feira, em favor da democracia argentina. Em dramática mensagem feita por cadeia de rádio e televisão na noite de domingo, Alfonsín denunciou a existência de conspirações civis para arrastar novamente as Forças Armadas a um golpe de Estado.

Os próprios políticos, que esperavam uma mensagem conciliadora na véspera do início do julgamento dos três triunviratos militares que governaram a Argentina entre 1976 e 1982, impressionaram-se com o tom do presidente, que denunciou "a atividade dissolvente dos que prognosticam o caos e a anarquia, pressagiam explosões sociais, auguram isolamento internacional e, definitivamente, convertem-se em arautos da desagregação nacional". Os mais insensatos, disse Alfonsín, "atrevem-se a tentar oficiais superiores das Forças Armadas com diversas propostas, que vão desde supostos gabinetes de coalizão até a possibilidade de um golpe de Estado".

Depois de afirmar que a situação estava controlada pelo governo constitucional, Alfonsín afirmou: "Vocês sabem que sem dúvida existem tensões originadas ou aprofundadas pelo julgamento das Juntas militares. Vai ser iniciado um tipo de processo que não tem antecedentes no mundo e que só pôde ser levado a cabo porque os civis, e também os militares — inclusive os que o consideram injusto e cerram os dentes —, desejam submeter-se à Lei".

Depois de lembrar as dificuldades crescentes dos países do Cone Sul, o presidente argentino se referiu à situação de seu país como "dramática" e convocou os cidadãos a participarem da manifestação da Praça de Maio. Seu pronunciamento pode ter resultado: não há antecedentes de outro presidente argentino dirigindo-se à nação em tais termos. Nem mesmo os que foram derrubados por golpes militares. Mas, enquanto alguns consideram que Alfonsín pode en-



Na Casa Branca, os protestos contra a política de Reagan.

### DESTAQUE INTERNACIONAL

"As Forças Armadas do país são leais à Constituição." Do presidente Raul Alfonsín, falando sobre tentativas de alijamento golpista de políticos argentinos.

### DIREITOS HUMANOS A Ata de Helsinque, dez anos depois.

Os 35 países que assinaram o acordo de Helsinque em 1975 reúnem-se hoje em Ottawa, Canadá, para coordenar uma conferência de seis semanas, em maio, dedicada exclusivamente aos direitos humanos, que constituirá a primeira reunião da Conferência sobre Segurança e Cooperação Européia (CSCE) realizada na América do Norte.

"Em Ottawa, acredita o embaixador canadense Harry Jay, anfitrião da conferência, todos virão com uma predisposição mais favorável para obterem resultados construtivos, por existirem no momento negociações em Genebra" (sobre controle de armas). E o chefe da delegação norte-americana, Richard Shifter, disse que não haverá adjetivos duros "por parte de sua delegação: não serão apresentadas propostas que firam a essência do sistema soviético, como a de eleições livres", mas acha que a URSS "poderia ser mais flexível em problemas como abuso da psiquiatria, repressão e limitação da liberdade religiosa".

**POLÔNIA**  
As sentenças pronunciadas, dois meses atrás, pelos juizes do tribunal de Torun, contra os quatro agentes da polícia secreta responsáveis pelo seqüestro e assassinato do padre Jerzy Popieluszko, foram confirmadas ontem pela Suprema Corte. Eles foram condenados a sentenças de prisão que vão de 14 a 25 anos (esta para o coronel Adam Pietruszka, chefe do grupo).

### URSS

Mikhail Gorbachov tenciona ir a Nova York, em setembro, para a abertura da Assembleia Geral da ONU, e nesse momento provavelmente há de reunir-se com o presidente Reagan. Quem o afirmou, ontem, foi Viktor Afanássiev, chefe de redação do Pravda, em entrevista a jornalistas ingleses. Os EUA não confirmaram essa notícia.

### CURTAS

**ISRAEL** — A marinha israelense afundou um barco com 28 guerrilheiros palestinos em frente do litoral israelense, causando a morte de 20 e a captura dos outros oito. Um interrogatório dos guerrilheiros revelou que eles estavam planejando "ataques terroristas" no centro de Israel às vésperas do Dia da Independência.

**LÍBANO** — O comandante da maior milícia cristã do Líbano, Samir Geagea, declarou um "cessar-fogo" unilateral em Sidon e prometeu retirar a maior parte de seus efetivos da região. Pouco depois do anúncio de Geagea, um novo bombardeio foi perpetrado contra o centro histórico da cidade, habitado por maioria muçulmana.

**ATENTADO** — Uma bomba de pequena potência explodiu num armazém da empresa alemã Siemens, em Dusseldorf, causando danos materiais no valor de dez mil marcos, informou a polícia local.

**GRÃ-BRETANHA—URSS** — O governo britânico ordenou ontem a saída do país de mais três diplomatas soviéticos, respondendo quase que imediatamente à expulsão de três membros de sua embaixada em Moscou.

**EL SALVADOR** — O governo salvadoreño confirmou a captura dos líderes guerrilheiros Nidia Diaz e Miguel Castellanos, da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN).

Desde o dia 16 de março de 1982, o jornal La Prensa, da Nicarágua, está sendo submetido a uma brutal e humilhante censura. A imprensa livre do continente americano pede que essa censura seja suspensa o quanto antes e que se restabeleça a liberdade de imprensa na Nicarágua.

O secretário de Estado George Shultz, discursando ontem em Indianápolis, às vésperas da votação no Congresso dos Estados Unidos da proposta de ajuda aos "contras" da Nicarágua, afirmou que "os sandinistas não mudarão seu comportamento sem razões poderosas".

Por isso, disse, o presidente Reagan pediu ao Congresso que ofereça a razão na sessão de hoje. A aprovação dos 14 milhões de dólares designados como ajuda humanitária aos contras (que não poderão utilizá-los para aquisição de armas imediatamente) manterá a pressão sobre os comunistas e proverá incentivos para a mudança. Um voto negativo ou a aprovação de alternativas falsas, proseguiu, garantiria um conflito prolongado. Até ontem, havia considerável dúvida de que Reagan conseguiria a aprovação de seu plano.

Ontem de manhã, pouco antes de embarcar para o Brasil para comparecer aos funerais de Tancredo Neves, o secretário-assistente de Estado, Langhorne Anthony Motley, disse a este jornal que o presidente Reagan considerava o voto de hoje como o mais importante desde o anúncio da Doutrina Truman, em março de 1947. A doutrina do ex-presidente democrata representou a primeira tentativa séria dos Estados Unidos de conter a expansão comunista.

No seu discurso perante o Clube Econômico de Indianápolis e o comitê organizador dos próximos Jogos Pan-Americanos, Shultz disse que algumas das alternativas sugeridas por congressistas em substituição à ajuda proposta por Reagan acabariam transformando os "contras" em refugiados sem esperança. Disse também que abririam o sinal verde para que os sandinistas continuassem subvertendo seus vizinhos.

Shultz disse que a democracia floresce em todos os países da América Central, menos na Nicarágua, onde "um pequeno grupo de marxistas-leninistas que se chamam de 'sandinistas', apoiados pela União Soviética e por Cuba, estão a caminho de impor uma tirania brutal". Se os Estados Unidos não ajudarem a impedir que o co-

munismo se espalhe pelo hemisfério, observou, haverá milhões de refugiados tentando escapar da tirania, nos moldes do que já ocorreu na Europa Oriental, no Afeganistão, em Cuba e na Indochina. Nos últimos dez anos, escaparam da Indochina mais de 1,5 milhão de pessoas, das quais 750 mil vieram para os Estados Unidos, comentou.

Shultz disse que, ao contrário do que afirma Manáguá, a oposição aos sandinistas não se constitui só de mercenários e ex-membros da Guarda Nacional leais à memória do ditador deposto pela revolução. A resistência no país é liderada principalmente por homens que lutaram contra Somoza, disse. Alguns de seus líderes, explicou, serviram no governo revolucionário, até que se tornou claro que desejava agressão e não paz, repressão e não reforma. Adolfo Calero, o comandante-chefe da resistência democrática, disse Shultz, opôs-se a Somoza durante toda a sua vida e tentou colaborar com os sandinistas para a reconstrução da Nicarágua. Citou também o nome de Alfonso Robelo e de Arturo Cruz, que fizeram parte do governo revolucionário e hoje são seus adversários.

Shultz disse que para haver paz na América Central é preciso que a Nicarágua deixe de se comportar como subordinada da União Soviética e de Cuba. Enquanto houver grande número de pessoal militar soviético e cubano na Nicarágua, afirmou, "a América Central ficará envolvida no conflito Leste-Oeste".

"A América Central é Ocidente. O Leste precisa sair de lá", afirmou o secretário de Estado.

Shultz reafirmou ainda que a Nicarágua precisa reduzir suas Forças Armadas, hoje com mais de 100 mil homens, a níveis comparáveis com as de seus vizinhos. Ao mesmo tempo tem de absoluta e definitivamente cessar seu apoio aos "subversivos e terroristas" na região. "Nenhum país na América Central estará seguro enquanto isso continuar", declarou.

(Por A.M. Pimenta Neves, de Washington.)

### Segredo: um "ensaio" de invasão.

Era para ser um segredo militar; mas seus próprios participantes foram os primeiros a dar com a língua nos dentes. As organizações que participavam do pool jornalístico montado pelo Pentágono, disse ontem o porta-voz da Força Aérea, coronel Robert O'Brien, tinham ordens expressas de manter as informações sob embargo até terça-feira; mas em sua edição de ontem, o Washington Post já tinha contado a seus leitores que um "ensaio" de manobras simulando uma invasão como a de Granada estava sendo feito perto de Puerto Castilla, em Honduras, envolvendo sete mil homens, destróiers, fragatas porta-mísseis e diversos tipos de aviões.

O coronel O'Brien qualificou de "inquietante" o vazamento que fez com que, muito antes do previsto, tivesse chegado ao conhecimento do público o exercício militar ao qual foram convidados a assistir dez jornalistas de diversas empresas, levados no fim de semana à base aérea de Andrews, com a instrução apenas de que iam fazer uma reportagem sobre uma operação militar que duraria cinco dias e que seria levada a cabo numa "região de clima quente". Esse pool de jornalistas cuidadosamente selecionados tinha sido decidido, desde 1983, em virtude dos protestos da imprensa norte-americana, pelo fato de, durante 48 horas, ter sido impedida de fazer a cobertura da intervenção dos EUA em Granada. De lá para cá, o Pentágono vinha elaborando um plano que permitisse a um grupo de repórte-

res, fotógrafos e cinegrafistas cobrir operações de surpresa.

O Pentágono justificou repetidamente a interdição de que a imprensa tivesse acesso imediato ao noticiário sobre Granada, alegando a sua incapacidade de guardar segredo. Foi a primeira vez, disse o porta-voz O'Brien, que se fez a experiência de um pool desse tipo, levando-se os jornalistas até Honduras a bordo de um avião C-141 Starlifter. "O pool foi um teste de segurança operacional", disse ele. "Tínhamos, de qualquer maneira, de fazer um ensaio, para ver se a coisa funcionava. A quebra do embargo lança dúvidas sobre a capacidade da imprensa de manter essas operações em segredo. Isso é uma coisa a respeito da qual vamos ter de sentar para conversar seriamente. Isso vai ser um problema."

Dez pessoas tinham sido incluídas nesse grupo: um repórter da UPI, um fotógrafo da Associated Press, um correspondente e dois cinegrafistas da rede Cable News, um repórter da Mutual Radio, um repórter da Newsweek e correspondentes do New York Times, do Wall Street Journal e da Copley News Service; todos eles tinham a instrução de compartilhar as informações obtidas com outros órgãos de imprensa. Segundo O'Brien, uma rede de televisão não incluída, cujo nome ele não quis revelar, entrou em contato com o Pentágono, pouco antes da partida dos jornalistas da base de Andrews, tentando participar, mas isso não lhe foi concedido.

### O julgamento dos generais

O decreto foi assinado em 1975, durante o governo de Isabelita Perón, e ordenava "a neutralização ou o aniquilamento da subversão". A esse respeito foi interrogado, ontem, na primeira sessão do julgamento dos militares argentinos responsáveis pela "guerra suja", um de seus signatários, o veterano político peronista Italo Luder. Respondendo ao argumento da defesa de que os militares estavam apenas obedecendo à ordem de "aniquilar" que já tinha sido dada nos tempos de Isabelita, Luder respondeu que, "segundo a aceção militar do termo aniquilar, ele significa inutilizar a capacidade de combate do inimigo, mas isso de forma alguma autoriza a agir fora dos termos da lei nacional ou do direito internacional".

O mesmo tipo de depoimento foi feito por outros dois signatários do decreto: o ex-ministro da Economia Antonio Cafiero e o ex-ministro do Interior Alberto Rocamora. Durante toda essa primeira sessão, a sala esteve silenciosa, disciplinada, respeitosa. Todos os presentes tinham sido submetidos a estritas medidas de segurança, só lhes sendo permitido entrar na sala por uma única porta, na qual passavam por um detector de metais que denunciava a presença de gravadores, rádios e câmaras fotográficas. Pouco antes de começar a sessão, a polícia dispersou um pequeno grupo de manifestantes que gritava slogans a uns cem metros do tribunal.

Mas foi considerável a multidão de manifestantes que marchou ontem pelas ruas de Buenos Aires, pedindo "julgamento e castigo para as juntas militares e para todos os culpados da repressão" e protestando contra "as anistias abertas ou encobertas e a investigação parlamentar do terrorismo de Estado e do aparelho repressivo". A marcha passou próximo à penitenciária U-2, onde estão reclusos os ex-comandantes processados, e culminou na Praça do Congresso, onde foi lido um comunicado assi-

nado pelas oito entidades defensoras dos direitos humanos responsáveis pela manifestação.

O promotor que está atuando no julgamento dos comandantes militares é Julio Cesar Strassera, que catalogou 711 delitos graves pelos quais os acusados deverão responder, entre eles homicídio, privação de liberdade, detenção ilegal, seqüestro e assassinato — para os quais poderão ser decretadas sentenças de até trinta anos de prisão. Os maiores implicados são os generais Jorge Videla e Roberto Viola e o almirante Emilio Massera, acusados, além dos crimes acima, de tortura, roubo, invasão ilegal e falsificação de documentos.

Oficialmente, o comandante do Exército, general Hector Rios Erenu, afirmou confiar na justiça. Mas de forma íntima e reservada, amplos círculos militares opõem-se ao julgamento, que consideram um "show propagandístico" do novo governo. O general Jorge Arguindeguy, primeiro comandante do Exército nomeado por Alfonsín, o chamou de "Nuremberg criollo" e dirigentes de direita também manifestaram-se contra. A maior parte da hierarquia eclesástica opõe-se ao julgamento, defendendo os militares e exortando "ao esquecimento e ao perdão". Poucos são os bispos como mons. Jaime de Nevers, que integra uma organização de defesa dos direitos humanos. Foi ele quem disse que "para que exista perdão é preciso que haja confissão dos pecados, firme propósito de emenda e reparação do dano cometido. E nenhuma dessas condições foi cumprida. Além disso, o perdão deve ser concedido pelo que foi ofendido, a pedido do ofensor, o que também não aconteceu". O julgamento, em todo caso, monopoliza as atenções do país, e pode gerar graves consequências políticas, devendo à irritação que provoca nos militares e nos partidos políticos de direita.

(Por Hugo Martinez, de Buenos Aires.)